

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Silvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

ORIENTAÇÕES GERAIS

Processo Seletivo para Conselheiro Tutelar de Lucélia – 21 de Janeiro de 2018.

A prova terá duração de 03 (três) horas, com início às 09:00 horas e término às 12:00 horas.

◇ Aproveite bem o seu tempo para evitar erros na marcação da FOLHA DE RESPOSTA.

◇ Assine a FOLHA DE RESPOSTA no local indicado.

◇ O candidato que não entregar a FOLHA DE RESPOSTAS até o horário estipulado para o término da prova, 12:00 horas, impreterivelmente, será eliminado do certame e terá que devolver o Caderno de Questões e a Folha de Respostas.

◇ Verifique se o Caderno de Questões possui 30 (trinta) questões, enumeradas de 1 a 30 e a Redação. Caso contrário, fale com o fiscal da sala.

◇ Não serão aceitas reclamações posteriores a esse respeito.

◇ Para cada questão só existe 01 (UMA) resposta correta.

◇ Leia atentamente cada uma das questões e escolha apenas uma resposta correta.

◇ As respostas escolhidas deverão ser marcadas na FOLHA DE RESPOSTAS. Não serão corrigidas questões marcadas no Caderno de Questões.

◇ Procure na FOLHA DE RESPOSTAS o número da questão que será respondida, confira a alternativa eleita e marque a letra correspondente.

◇ As questões que estiverem rasuradas ou que possuírem mais do que uma alternativa assinaladas serão automaticamente anuladas.

◇ Responda todas as questões.

◇ Não será permitida qualquer espécie de consulta ou comunicação durante a realização da prova.

◇ O primeiro candidato que terminar a prova só poderá se retirar da sala depois de passada 01 (uma) hora do seu início.

◇ Os 03 (três) últimos candidatos permanecerão dentro da sala, sem comunicação de qualquer espécie, até que o último candidato entregue a prova ou até o término do tempo estipulado.

◇ Assim que o candidato terminar sua prova, deverá entregar ao fiscal, Caderno de Questões, Formulário da Redação e a FOLHA DE RESPOSTA.

◇ O candidato que não assinar a FOLHA DE RESPOSTA será desclassificado.

Nome e Assinatura do Candidato:

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Sílvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

PROVA DE PORTUGUÊS

Mensagem à família

por Eugênia Puebla.

Na educação de nossos filhos

Todo exagero é negativo.

Responda-lhe, não o instrua.

Proteja-o, não o cubra.

Ajude-o, não o substitua.

Abrigue-o, não o esconda.

Ame-o, não o idolatre.

Acompanhe-o, não o leve.

Mostre-lhe o perigo, não o atemorize.

Inclua-o, não o isole.

Alimente suas esperanças, não as descarte.

Não exija que seja o melhor, peça-lhe para ser bom e dê exemplo.

Não o mime em demasia, rodeie-o de amor.

Não o mande estudar, prepare-lhe um clima de estudo.

Não fabrique um castelo para ele, vivam todos com naturalidade.

Não lhe ensine a ser, seja você como quer que ele seja.

Não lhe dedique a vida, vivam todos.

Lembre-se de que seu filho não o escuta, ele o olha.

E, finalmente, quando a gaiola do canário se quebrar, não compre outra...

Ensina-lhe a viver sem portas.

Baseado no texto acima, responda as questões de 1 e 2.

1- O texto fala sobre a importância do:

- (A) exagero nas atitudes.
- (B) exemplo dos pais/responsáveis.
- (C) fazer pelo outro.
- (D) do aprisionar o outro.
- (E) superproteção.

2- O texto não fala sobre:

- (A) educação com ética.
- (B) desafios dos pais para com os filhos.
- (C) defesa pela temperança com que se deve acompanhar o crescimento dos filhos.
- (D) viver naturalmente.
- (E) "endeusamento" dos filhos.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Sílvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

3- Complete corretamente:

Fique _____ vontade; estou _____ seu inteiro dispor para ouvir o que tem _____ dizer.

- (A) a - à - a
- (B) à - a - a
- (C) à - à - a
- (D) à - à - à
- (E) a - a - a

4- Indique a alternativa correta:

- (A) Preferia brincar do que trabalhar.
- (B) Preferia mais brincar a trabalhar.
- (C) Preferia brincar a trabalhar.
- (D) Preferia brincar à trabalhar.
- (E) Preferia mais brincar que trabalhar.

5- Indique a alternativa em que há erro:

- (A) Os fatos falam por si sós.
- (B) A casa estava meio desleixada.
- (C) Os livros estão custando cada vez mais caro.
- (D) Seus apartes eram sempre o mais pertinentes possíveis.
- (E) Era a mim mesma que ele se referia, disse a moça.

6- As palavras ansioso, contemporâneo e misericordioso regem, respectivamente, as preposições:

- (A) a – em – de – para.
- (B) de – a – de.
- (C) por – de – com.
- (D) de – com – para com.
- (E) com – a – a.

7- Assinale a frase gramaticalmente correta:

- (A) O Papa caminhava à passo firme.
- (B) Dirigiu-se ao tribunal disposto à falar com o Juiz.
- (C) Chegou à noite, precisamente as dez horas.
- (D) Esta é a casa a qual me referi ontem às pressas.
- (E) Ora aspirava a isto, ora aquilo, ora a nada.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Sílvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

8- Preencha as lacunas abaixo corretamente quanto à concordância verbal e assinale a alternativa correspondente:

Não _____ muitos obstáculos à sua volta:

Cada um dos adolescentes _____ uma proposta.

Os Estados Unidos _____ suas tropas do Iraque?

_____ sons bastante agradáveis.

_____ fazer quantos anos que o homem foi à Lua?

- (A) havia / apresentou / retiraram / ouvem-se / vai.
- (B) havia / apresentaram / retiraram / ouvem-se /vão.
- (C) haviam / apresentou / retirou / ouve-se /vão.
- (D) havia / apresentaram / retirou / ouvem-se /vão.
- (E) haviam / apresentou / retirou / ouve-se / vai.

9 - Numa das frases, está usado indevidamente um pronome de tratamento. Assinale-a:

- (A) Os Reitores das Universidades recebem o título de Vossa Magnificência.
- (B) Sua Excelência, o Senhor Ministro, não compareceu à reunião.
- (C) Senhor Deputado, peço a Vossa Excelência que conclua a sua oração.
- (D) Sua Eminência, o Papa Paulo VI, assistiu à solenidade.
- (E) Procurei o chefe da repartição, mas Sua Senhoria se recusou a ouvir as minhas explicações.

10 - Assinale a frase em que há erro de conjugação verbal:

- (A) Os esportes entretêm a quem os pratica;
- (B) Ele antevira o desastre;
- (C) Só ficarei tranquilo quando vir o resultado;
- (D) Eles se desavinham frequentemente;
- (E) Ainda hoje requero o atestado de bons antecedentes.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Sílvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

PROVA DE CONHECIMENTOS ESPECÍFICOS

11. No caso da política de atendimento dos direitos da criança e do adolescente, prevê o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, no artigo 86, que ela será feita por meio de um conjunto articulado de ações governamentais e não governamentais, da União dos Estados, do Distrito Federal e dos municípios. Os meios legais e institucionais previstos em lei municipal, para garantia dos direitos das crianças e dos adolescentes, são:

- (A) Conselho Tutelar, Conselho da Assistência Social e Fundo da Assistência Social.
- (B) Conselho dos Direitos da Criança e do Adolescente, respectivo Fundo dos Direitos e Conselho Tutelar.
- (C) Conselho Nacional de Assistência Social, Conselho de Direitos e Fundo do Conselho Nacional de Atendimento Social.
- (D) Conselho Nacional de Direitos da Criança e do Adolescente, Conselho Nacional de Saúde e Conselho Tutelar.
- (E) Conselho Gestor da Infância e Juventude, Conselho Tutelar e Fundo de Apoio à Infância.

12. De acordo com o que dispõe o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a guarda:

- (A) Dispensa o dever de prestar alimentos por parte dos pais biológicos independentemente de determinação judicial.
- (B) Confere à criança ou ao adolescente a condição de dependente para os direitos previdenciários.
- (C) Regulariza a posse de fato, podendo ser deferida, nos casos de adoção por estrangeiros.
- (D) Anula o direito de visitas pelos pais, nos casos em que a medida é aplicada em preparação para adoção, mesmo se existir determinação em contrário da autoridade judiciária.
- (E) Caracteriza-se como medida irrevogável.

13. Consoante o disposto no ECA, assinale a opção correta em relação ao direito à profissionalização e à proteção no trabalho.

- (A) Os direitos previdenciários são assegurados ao adolescente aprendiz maior de 12 anos de idade, após período de experiência de 120 dias.
- (B) Ao adolescente aprendiz que trabalha em regime de escala o estatuto permite o trabalho noturno, desde que realizado das vinte e duas horas de um dia até às quatro horas do dia seguinte.
- (C) O adolescente que participa de programa social que tem por base o trabalho educativo não pode receber pelo serviço prestado, já que a remuneração descaracterizaria a natureza educativa do trabalho.
- (D) A bolsa de aprendizagem, recurso importante no processo de trabalho, permite ao adolescente o estabelecimento de vínculo empregatício.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Silvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

(E) A aprendizagem é a formação técnico-profissional ministrada ao aluno, conforme as diretrizes e bases da legislação da educação em vigor.

14. De acordo com o que estabelece a legislação brasileira a respeito da adoção de crianças e adolescentes, é correto afirmar que:

- (A) A inscrição de postulantes à adoção pode ser feita a qualquer tempo e independentemente de preparação por equipe psicossocial.
- (B) A adoção depende do consentimento dos pais ou do representante legal do adotando. Em se tratando de pais desconhecidos ou destituídos do poder familiar, dispensa-se o consentimento.
- (C) Os irmãos do adotando podem adotar desde que sejam, pelo menos, dez anos mais velhos que o adotando.
- (D) Aqueles que possuem mais de dezessete anos de idade podem adotar desde que estejam casados ou vivendo por meio de união estável.
- (E) É vedado ao adotado o acesso ao seu processo de adoção antes dos dezoito anos de idade, ainda que receba orientação e assistência jurídica e psicológica.

15. Conforme o disposto no ECA, no que se refere ao adolescente com prática de ato infracional, é correto afirmar que:

- (A) O orientador da medida socioeducativa em meio aberto deve exigir a imediata matrícula do adolescente na escola.
- (B) O período máximo de internação não poderá exceder o prazo de cinco anos.
- (C) O adolescente, quando em privação de liberdade, perde o direito de ser informado sobre a sua situação processual.
- (D) A internação do adolescente não pode ultrapassar seis meses, em respeito à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento.
- (E) Adolescentes portadores de doença ou deficiência mental devem receber tratamento especializado e individualizado.

16. A criança deve ser afastada de sua família nos casos:

- (A) Diagnosticados como deficiência mental, quando identificada a dificuldade dos pais em cuidar da criança e a inoperância da rede local de serviços especializada.
- (B) Em que os pais biológicos estiverem desempregados por mais de um ano.
- (C) De violência sexual ou em situações de negligência grave que não possam ser solucionados imediatamente e que comprometam a integridade física e emocional da criança.
- (D) De encarceramento dos pais ou responsáveis, mesmo que haja um parente que possa se responsabilizar pelo cuidado.
- (E) De falta de recursos materiais, que geralmente são insuficientes, ainda que a família esteja incluída em programa oficial de auxílio.

17. Considerando que o Sistema Nacional de Atendimento Socioeducativo (SINASE) regulamenta a execução das medidas destinadas ao adolescente que pratique ato infracional, assinale a opção correta.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Sílvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

- (A) No processo socioeducativo, a aplicação do princípio do fortalecimento dos vínculos familiares e comunitários será prioritária aos adolescentes de até quatorze anos de idade.
- (B) O PIA (Plano Individual de Atendimento) será elaborado pela equipe técnica do respectivo programa de atendimento e encaminhado ao Poder Judiciário no prazo máximo de quinze dias.
- (C) Serão asseguradas as condições necessárias para que a adolescente submetida à medida socioeducativa de privação de liberdade permaneça com o seu filho até 30 dias após o nascimento.
- (D) O Plano Individual de Atendimento (PIA) é um instrumento que deve ser utilizado somente pelos profissionais que atuam com adolescentes em medida de internação.
- (E) A gravidade do ato infracional, os antecedentes e o tempo de duração da medida não são fatores que, por si, justifiquem a não substituição da medida por outra menos grave.

18. Segundo o Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA), a medida socioeducativa de internação:

- (A) Deve ser aplicada a crianças e adolescentes que cometem atos infracionais graves.
- (B) É prerrogativa dos Conselhos Tutelares diante de situações de violação de direitos de crianças e adolescentes.
- (C) É a medida mais adequada para adolescentes que apresentem distúrbios psicológicos e tendências violentas.
- (D) Só deve ser aplicada a adolescentes diante de infração que caracterize grave ameaça ou violência a pessoa.
- (E) é similar à medida protetiva de acolhimento institucional voltada para crianças e adolescentes.

19. A Lei nº 8.069/90 destaca que são crimes em espécie:

- (I) Submeter criança ou adolescente à prostituição ou à exploração sexual.
- (II) Vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente arma, munição ou explosivo.
- (III) Vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ministrar ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente, sem justa causa, produtos cujos componentes possam causar dependência física ou psíquica, ainda que por utilização indevida.
- (IV) Vender, fornecer, ainda que gratuitamente, ou entregar, de qualquer forma, à criança ou adolescente fogos de estampido ou de artifício, exceto aqueles que, pelo seu reduzido potencial, sejam incapazes de provocar qualquer dano físico em caso de utilização indevida.
- (V) Corromper ou facilitar a corrupção de menor de dezoito anos, com ele praticando infração penal ou induzindo-o a praticá-la.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Silvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

Assinale a alternativa correta:

- (A) I e II estão corretas.
- (B) II e III estão corretas.
- (C) IV e V estão corretas.
- (D) I e V estão corretas.
- (E) Todas estão corretas.

20. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre atribuições do Conselho Tutelar é incorreto afirmar que:

- (A) O Conselho Tutelar assessora o Poder Judiciário local na elaboração da proposta orçamentária municipal para planos e programas de atendimento dos direitos da criança e do adolescente para a correta destinação das doações e verbas políticas.
- (B) O Conselho Tutelar providencia a medida estabelecida pela autoridade judiciária, dentre as previstas no artigo 101, incisos I a VI da Lei nº 8.069/90 (medidas específicas de proteção), para o adolescente autor de ato infracional.
- (C) O Conselho Tutelar representa ao Ministério Público para efeito das ações de perda ou suspensão do poder familiar, após esgotadas as possibilidades de manutenção da criança ou do adolescente junto à família natural.
- (D) Se, no exercício de suas atribuições, o Conselho Tutelar entender necessário o afastamento do convívio familiar, comunicará incontinenti o fato ao Ministério Público, prestando-lhe informações sobre os motivos de tal entendimento e as providências tomadas para a orientação, o apoio e a promoção social da família.
- (E) As decisões do Conselho Tutelar somente poderão ser revistas pela autoridade judiciária a pedido de quem tenha legítimo interesse.

21. A respeito da obrigação dos dirigentes de estabelecimentos de ensino fundamental comunicar fatos ao Conselho Tutelar, não se incluem os casos de:

- (A) Maus-tratos envolvendo seus alunos;
- (B) Demonstrações de estresse dos alunos após a aplicação de provas regulares;
- (C) Reiteração de faltas injustificadas;
- (D) Evasão escolar, esgotados os recursos escolares;
- (E) Elevados níveis de repetência.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Silvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

22. Com base nas atribuições do Conselheiro Tutelar, marque a opção correta:

- (A) Tem o dever legal de se manifestar por escrito, emitindo parecer fundamentado, direcionado à autoridade policial, sempre que for provocado por qualquer pessoa a respeito de ofensa aos direitos de crianças e adolescentes.
- (B) Poderá haver para si ou para outrem, vantagem adquirida em razão do cargo, desde que reserve o percentual de noventa por cento dessa quantia recebida em prol do Fundo Municipal de Proteção da Criança e do Adolescente.
- (C) Indicar os fundamentos de seus pronunciamentos administrativos.
- (D) Portar-se de maneira ostensiva e fazer valer sua autoridade em qualquer situação da vida particular ou pública.
- (E) É facultado deixar de cumprir parcialmente a carga horária de trabalho prevista em lei, desde que comunique tal fato por escrito à autoridade policial, com antecedência mínima de 15 (quinze) dias, anexando-se ao comunicado a prova da incapacidade de cumprimento do horário de trabalho.

23. Com base na Lei nº 8.069/90 é incorreto afirmar que são requisitos para a concessão de pedidos de colocação em família substituta:

- (A) Qualificação completa do requerente e de seu eventual cônjuge, ou companheiro, com expressa anuência deste.
- (B) Indicação de eventual parentesco do requerente e de seu cônjuge, ou companheiro, com a criança ou adolescente, especificando se tem ou não parente vivo.
- (C) Indicação do cartório RGI onde foi inscrito o nascimento, anexando, obrigatoriamente, duas cópias da respectiva escritura.
- (D) Qualificação completa da criança ou adolescente e de seus pais, se conhecidos.
- (E) Declaração sobre a existência de bens, direitos ou rendimentos relativos à criança ou ao adolescente.

24. Com base na Lei nº 8.069/90 ao tratar sobre acesso à Justiça é incorreto afirmar que:

- (A) A assistência judiciária gratuita será prestada aos que dela necessitarem, através de promotor público nomeado pelo escrivão chefe do Cartório de Infância e Juventude.
- (B) É garantido o acesso de toda criança ou adolescente à Defensoria Pública, ao Ministério Público e ao Poder Judiciário, por qualquer de seus órgãos.
- (C) As ações judiciais da competência da Justiça da Infância e da Juventude são isentas de custos e emolumentos, ressalvada a hipótese de litigância de má-fé.
- (D) Os menores de dezesseis anos serão representados e os maiores de dezesseis e menores de vinte e um anos assistidos por seus pais, tutores ou curadores, na forma da legislação civil ou processual.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Silvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

(E) É vedada a divulgação de atos judiciais, policiais e administrativos que digam respeito a crianças e adolescentes a que se atribua autoria de ato infracional. Qualquer notícia a respeito do fato não poderá identificar a criança ou adolescente, vedando-se fotografia, referência a nome, apelido, filiação, parentesco, residência e, inclusive, iniciais do nome e sobrenome.

25. Assinale a alternativa FALSA:

(A) A falta ou carência de recursos materiais, inclusive financeiros na família, é motivo para a perda ou suspensão do poder familiar.

(B) Não existindo motivo que leve a tomada de alguma medida para a perda ou suspensão do poder familiar, a criança ou adolescente será mantida em sua família.

(C) A família com falta de recursos mínimos de sobrevivência será incluída em programas oficiais de auxílio.

(D) O conselheiro tutelar poderá denunciar às autoridades, famílias das quais tiver conhecimento, que estão passando por carência de recursos materiais.

(E) Todas as alternativas são falsas

26. Sobre o Conselho Tutelar, assinale a alternativa incorreta:

(A) Foi instituído na perspectiva de desjudicializar e agilizar o atendimento de crianças, adolescentes e famílias em risco social.

(B) Possui plena autonomia funcional, não estando subordinado ao Prefeito, ao Ministério Público e/ou ao Juiz da Infância e da Juventude.

(C) Pode promover diretamente a execução de suas decisões sem necessidade de recorrer ao Poder Judiciário, tendo a prerrogativa de requisitar serviços públicos nas áreas de saúde, educação, serviço social, previdência, trabalho e segurança.

(D) Sempre que entender necessário, pode promover o afastamento de criança ou adolescente de sua família de origem e seu subsequente acolhimento institucional.

(E) Tem o poder-dever de assessorar o Poder Executivo local na elaboração da proposta orçamentária, de modo a assegurar que esta contemple, em caráter prioritário, recursos para planos e programas destinados ao atendimento de crianças, adolescentes e famílias.

27. Com relação ao Conselho Tutelar, é correto afirmar que:

(A) A remuneração dos respectivos membros será fixada por lei estadual.

(B) É órgão jurisdicional, encarregado pela sociedade de zelar pelo cumprimento dos direitos das crianças e dos adolescentes.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Silvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

- (C) Seus membros, dentre outros requisitos à candidatura, devem possuir, no mínimo, dezoito anos de idade.
- (D) Seus membros possuem poderes de requisição previstos em lei, inclusive no tocante a serviços previdenciários.
- (E) Suas decisões poderão ser revistas pelo membro do Ministério Público, a pedido de quem tenha legítimo interesse.

28. Márcio, conselheiro tutelar, recebeu denúncia anônima, por telefone, a respeito do funcionamento de uma boate, instalada em uma casa no centro da cidade, onde meninas adolescentes eram supostamente mantidas para a prática de prostituição. Com base na situação hipotética apresentada, nas atribuições do Conselho Tutelar e nas medidas de proteção previstas no ECA, assinale a opção correta.

(A) Márcio, representando o Conselho Tutelar local, deverá ajuizar, imediatamente, ação cautelar, com pedido de liminar, com vistas à interdição temporária do estabelecimento.

(B) Confirmada a existência de adolescentes desacompanhadas de pais ou representantes legais na referida residência, Márcio deverá providenciar o encaminhamento das menores aos seus responsáveis legais ou, na falta destes, o acolhimento institucional, comunicando o MP, via relatório minucioso, dos fatos e providências.

(C) Márcio deverá, imediatamente, requisitar à polícia civil abertura de inquérito policial para investigação criminal do caso e, assim que forem tomadas as providências cabíveis, fiscalizar a atuação policial, a fim de evitar violação dos direitos fundamentais das adolescentes envolvidas.

(D) Confirmada a existência de adolescentes desacompanhadas de pais ou representantes legais na referida casa, o conselheiro tutelar deverá determinar a imediata internação provisória das menores em entidade exclusivamente destinada a adolescentes, distinta de abrigo, obedecida rigorosa separação por critérios de idade, compleição física e gravidade da infração, pelo prazo máximo de quarenta e cinco dias.

(E) O conselheiro deverá convocar, com urgência, reunião do Conselho Tutelar com o promotor de justiça, o defensor público, o juiz da infância e juventude e as polícias civil e militar, para definição de plano estratégico de combate à prostituição local de adolescentes.

29. O Conselho Tutelar de uma cidade do interior de determinado estado brasileiro recebeu denúncia anônima, por telefone, em que se relatava que o diretor da principal escola pública municipal teria praticado abusos sexuais contra várias crianças. Nessa situação hipotética, dadas as atribuições do Conselho Tutelar previstas no ECA, os conselheiros tutelares devem:

(A) Ajuizar contra o diretor, perante o juízo local da infância e da juventude, ação de exoneração do cargo, com pedido liminar de afastamento provisório.

(B) Instaurar, com urgência, inquérito civil e criminal para ouvir o diretor, as crianças, seus pais, funcionários e professores da escola, para apuração dos fatos.

CONVIVER TREINAMENTO E CAPACITAÇÃO

Razão Social: Silvia Aline Silva Ferreira - 308.853.908-65

Rua Alameda Portugal, 481 – Dracena/SP

CNPJ: 22.588.060/0001-00 Fone: (018) 99778-1989

(C) Comunicar, com urgência, o fato ao prefeito municipal, a quem cabe tomar as providências necessárias.

(D) Ouvir reservadamente o diretor, as crianças e seus pais e, confirmados os indícios de abusos sexuais, enviar ao MP e à autoridade judiciária relatório circunstanciado do ocorrido e das providências tomadas.

(E) Proceder à investigação do diretor, de forma sigilosa, e preparar um flagrante a fim de prendê-lo.

30. O Conselho Tutelar de determinada cidade do interior do estado X recebeu, pelo telefone do Disque Denúncia Nacional, do Programa Nacional de Enfrentamento da Violência Sexual contra Crianças e Adolescentes, da Secretaria de Direitos Humanos da Presidência da República, uma denúncia anônima acerca de abusos sexuais constantes sofridos por adolescente de treze anos de idade. Os abusos eram cometidos pelo próprio pai da adolescente, com o consentimento da mãe.

Nessa situação hipotética, de acordo com o que dispõe o ECA, constitui atribuição do Conselho Tutelar:

(A) Ajuizar, perante o juízo da infância e juventude local, ação de destituição de poder familiar, com pedido liminar de afastamento provisório da adolescente do lar familiar e a respectiva colocação em acolhimento institucional.

(B) Requisitar, em face da gravidade do fato, a prisão preventiva dos pais da adolescente vítima de abusos sexuais.

(C) Determinar, após ouvir reservadamente a adolescente e confirmar os indícios de abusos sexuais, o seu acolhimento institucional, com acompanhamento psicológico, advertir os pais e enviar ao MP e à autoridade judiciária relatório circunstanciado do ocorrido e das providências tomadas.

(D) Comunicar o fato imediatamente à polícia civil, ao MP, à defensoria pública e à autoridade judiciária, para que tomem as medidas cabíveis ao caso, e aguardar ordens de atuação.

(E) Instaurar inquérito civil para a apuração dos fatos e inquirir todos os familiares envolvidos, devendo a adolescente vitimada ser ouvida por equipe interdisciplinar composta necessariamente por assistente social e psicólogo.

